



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 07/2023

A Comissão Permanente de Licitação desta Câmara Municipal, instituída pela Portaria em anexo, vem, em atendimento ao art. 26, caput da Lei nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, apresentar Justificativa Técnico-Legal para formalização de PROCESSO DE DISPENSA, visando à contratação, representado neste ato pela Empresa CM ENGENHARIA, inscrito no CNPJ sob N. 33.099.339/0001-46, com sede localizado na Rua Dom Quirino, N. 476, Bairro Santo Antonio, CEP: 49.060-150, Aracaju / SE, Prestação de serviço para atender na elaboração dos documentos referente aos serviços de Elaboração de Programas e Laudos para atendimento a legislação trabalhista e previdenciária na Segurança e Saúde no Trabalho, a seguir: 1 - LTCAT - Laudo Técnico das Condições de Ambiente de Trabalho; 2 - PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos; 3 - PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, quando necessário; 4 - Lançamento dos eventos de SST ao ESOCIAL, conforme legislação vigente, nesta Câmara Municipal.

Para respaldar a sua pretensão, esta Comissão traz aos autos do sobredito processo peças fundamentais: proposta de serviços e documentos daquela que se pretende contratar, além de outros elementos que se constituem no processo em si.

Em que pese a inviabilidade de competição, ainda assim, é inexigível o Processo Licitatório, em razão dos requisitos, todos voltados para o objeto do contrato, bem como para a pessoa do futuro contratado.

A inexistência de licitação pressupõe uma situação em que esta não é viável ou, em sendo viável, compete ao caráter discricionário do administrador realizá-la ou não, tendo em vista o interesse público e visando o bem comum. Ou seja, a licitação por vir a ser uma obrigação, a depender das circunstâncias do caso concreto e da altivez dos bens jurídicos a serem protegidos.

Assim, como se observa, a lei que rege as licitações e contratos administrativos estabelece critérios e objetivos para a contratação direta. E é sob a óptica desses critérios infraconstitucionais que esta Comissão Permanente de Licitação, atendendo as normas legais da legislação, demonstrará a situação que ora existe a necessidade para sua contratação.

Considerando, que a medicina e segurança no trabalho é um instrumento fundamental para a implantação e acompanhamento da saúde ocupacional e bem estar dos funcionários. A elaboração dos programas em face da necessidade de se estabelecer diretrizes atinentes à implementação de ações destinadas à promoção de saúde ocupacional, à prevenção de riscos e doenças referentes ao trabalho, como também à ocorrência de acidentes em serviço.

Justifica-se, portanto, uma vez que a administração necessita realizar tal serviço para a elaboração do Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT), o qual deverá ser expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, assim deverá ser realizado periodicamente os serviços.

Considerando, que o contratado possui experiência e bom zelo, onde passa e passou desempenhado seus trabalhos, de forma que não existem reclamações.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO

Instado a se manifestar, esta comissão vem apresentar a justificativa por dispensa de licitação sub examine, o que faz os seguintes termos.

Os dispostos acima transcritos e mencionados, externam o permissivo para a contratação sem que ocorra o regular processo de licitação.

I - DO PREÇO

Sabe-se que a Câmara Municipal, por força da Constituição Federal, se sujeita ao Estatuto das Licitações e Contratos, máxime quando se utiliza de recursos provenientes da Fazenda Pública, para o exercício.

É bem de perceber, todavia, que nem sempre é necessário, ou possível, instaurar-se um procedimento licitatório (o que ocorre no presente caso). A regra é licitar; no entanto, a Lei nº 8.666/93 excepciona casos que esta é dispensável, dispensada ou inexigível.

Conforme pode verificar nos documentos apresentados, encontra-se compatível com os preços praticados no mercado, e seus serviços são executados obedecendo as normas da lei, possuindo requisitos essenciais para sua contratação.

Tendo em vista as exigências contidas nos dispositivos legais acima enumerados, procuramos JUSTIFICAR porque a Câmara Municipal, pretende firmar contrato no valor global de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

O valor contratual apresentado é o atualmente vigente no mercado, no que diz respeito à licença para o uso desata Casa Legislativa. Entendemos justificadas as exigências expressas nos dispositivos acima enumerados.

A dispensa de licitação pressupõe uma situação em que esta não é viável ou, em sendo viável, compete ao caráter discricionário do administrador realiza-la ou não, tendo em vista o interesse público e visando o bem comum. Ou seja, a licitação inexigível poder vir a ser uma obrigação, a depender das circunstâncias do caso concreto e da altivez dos bens jurídicos a serem protegidos.

II – RAZÃO DA ESCOLHA

Trata-se de um profissional na área, que exerce suas atividades há bastante tempo trabalhando no ramo em vários municípios demonstrando em tudo que faz com experiência e responsabilidade, e também uma pessoa capaz desempenhando em diversas áreas no serviço ora contratado, tornando-se desta forma a melhor opção para esta Câmara Legislativa.

A escolha não foi contingencial. Pretende-se ao fato de que ela enquadra-se nos dispositivos enumerados da Lei de Licitações, consoante o já exaustivamente demonstrado nesta justificativa. E não somente por isso; o Contratado é um profissional experiente formado em 1996, experiente, capacitado e gabaritado para o serviço pretendido que é de interesse público e visando a realização do bem comum, com ampla experiência nessa área, possuindo intima relação com o objeto que aqui se contratado, sendo, desta forma, indiscutivelmente, a mais indicada.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO

É bem de perceber, todavia, que nem sempre é necessário, ou possível, instaurar-se um procedimento licitatório (o que ocorre no presente caso). A regra é licitar; no entanto, a Lei nº 8.666/93 excepciona casos em que esta é dispensável, dispensada ou inexigível.

III - ASPECTO LEGAL

A proposição em apreço encontra respaldo preceituado, no art. 24 inciso II do vigente estatuto das licitações, que assim dispõe:

Art. 24. É dispensável a licitação

I - -----

II - para outros serviços e compras de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Os atos em que se realize a dispensa de licitação são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato, dito discricionário, **se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato**, dada a sua importância e necessidade extrema de idoneidade.

IV - DA HABILITAÇÃO

A empresa a ser possivelmente contratada apresentou documentação e certidões conforme cópia em anexo, atendendo os requisitos de comprovação de habilitação jurídica e regularidade fiscal, conforme exigências do art. 27 da Lei 8.666/93.

V - CONCLUSÃO

Com base na Lei 8.666/93, em seu artigo 24, inciso II, sugere que a adjudicação seja feita com a Empresa mencionada, por dispensa de Licitação, e estando com os preços praticados no mercado e vantajoso para o Erário, estando pois, atendida a exigência do art. 26, parágrafo único - III, da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94, e Resoluções do TCE.

Ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apreciação e posterior ratificação desta Justificativa, que dá espécie ao Processo de Dispensa de Licitação, após o que deverá ser publicada no Portal da Transparência e mural desta Casa Legislativa

Graccho Cardoso/SE, 27 de junho de 2023.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO

Nayla Eliziane Santos Oliveira

NAYLA ELIZIANE SANTOS OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Licitação - CPL

José Ercílio dos Santos Júnior

JOSÉ ERCÍLIO DOS SANTOS JÚNIOR
MEMBRO

Pedro Henrique dos Santos

PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS
MEMBRO

Ratifico os termos da Justificativa e autorizo a contratação de
Prestação de Serviços.

Encaminhe-se ao Assessor Jurídico para emissão de
Parecer.

Graccho Cardoso / SE, 27

de Junho de 2023.

Cristiano Joaquim dos Santos

CRISTIANO JOQUIM DOS SANTOS
Presidente da Câmara



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO

PARECER JURÍDICO
Nº 14/2023

ORGÃO SOLICITANTE: Setor De Licitações e Contratos Administrativos

PROCEDIMENTO: Dispensa de Licitação

LEGISLAÇÃO CONSULTADA: Constituição Federal e Leis 8.666/93.

OBJETO:

Prestação de serviço para atender na elaboração da Segurança e Saúde no Trabalho, conforme legislação vigente, nesta Câmara Municipal.

I - RELATÓRIO

Por requerimento do Departamento de Licitação, dando prosseguimento ao trâmite processual, foi encaminhado a este órgão de assessoramento jurídico o presente processo para análise do Processo de Dispensa de Licitação.

Funda-se o presente Parecer acerca da análise de Dispensa de Licitação e respectiva minuta do contrato, atente aos serviços cujo objeto pretendido será realizado pelo, contendo todos os documentos necessários e exigidos em Lei.

O procedimento iniciou-se com a abertura do processo administrativo, conforme estabelece o art. 38, caput, da Lei n.º 8.666/93.

A Minuta do Contrato, atende os requisitos do art. 40, da Lei n.º 8.666/93, e suas posteriores alterações, foi afixado no mural desta Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no art. 22, § 2º, do mesmo diploma legal.

Consta nos autos, o ato de designação dos membros da comissão de Licitação, em conformidade com o art. 51, § 4º, da Lei n.º 8.666/93.

Todas as peças do processo, encontram-se assinadas e/ou rubricadas pelos Membros de Comissão de Licitação, bem como pelo Presidente da Câmara e Contratado, em obediência ao art. 43, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.

Oportuno esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do art. 38, Parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si. Nada obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública, ainda com mais rigidez em se tratando de contratação direta por dispensa de licitação, exceção à regra da licitação.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

Ressalta-se que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

Como sabido, o procedimento licitatório tem como intuito auxiliar a Administração Pública a selecionar as melhores propostas para o fornecimento de produtos e realização de obras. A Lei Federal n. 8.666/1993 – ao trazer as normas gerais sobre o tema – tem como núcleo normativo a norma contida no art. 3º, que reafirma a necessidade e a importância da realização do procedimento licitatório para a proteção e garantia da Administração Pública. Vide:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Conforme dispõe a Lei de Licitações, o certame destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A Licitação, portanto, é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona proposta mais vantajosa para a contratação de objetos que atendam ao interesse e necessidade, de modo a contemplar a moralidade pública e todos os ditames constitucionais sagrados no artigo 37, caput e incisos, da Constituição Federal.

Art. 24. É dispensável a licitação

I - -----

II - para outros serviços e compras de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO

A Câmara Municipal, objetivando a prestação dos serviços, representado neste ato pela Empresa CM ENGENHARIA, inscrito no CNPJ sob N. 33.099.339/0001-46, com sede localizado na Rua Dom Quirino, N. 476, Bairro Santo Antonio, CEP: 49.060-150, Aracaju / SE, no valor global para a execução dos serviços de vital importância correspondendo a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, diante da documentação acostada aos autos, esta Assessoria Jurídica opina pela aprovação e regularidade do processo adotado até o presente momento, estando cumpridos todos os requisitos exigidos legalmente, recomendando-se o presente Processo de Dispensa de Licitação.

É o nosso parecer, smj

Graccho Cardoso/SE, 29 de junho de 2023.

Bel. GENILSON ROCHA

Assessor Jurídico
OAB/SE 9.623



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

E HOMOLOGAÇÃO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, **RESOLVE** Homologar e Adjudicar a decisão da Comissão Permanente de Licitações desta Câmara Municipal, referente ao Processo Administrativo, objetivando a prestação de serviços com a Empresa CM ENGENHARIA, inscrito no CNPJ sob N. 33.099.339/0001-46, com sede localizado na Rua Dom Quirino, N. 476, Bairro Santo Antonio, CEP: 49.060-150, Aracaju / SE, Prestação de serviço para atender na elaboração dos documentos referente aos serviço de Elaboração de Programas e Laudos para atendimento a legislação trabalhista e previdenciária na Segurança e Saúde no Trabalho, a seguir: 1 - LTCAT - Laudo Técnico das Condições de Ambiente de Trabalho; 2 - PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos; 3 - PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, quando necessário; 4 - Lançamento dos eventos de SST ao ESOCIAL, conforme legislação

Nestes termos, satisfazendo à Lei e ao mérito, HOMOLOGO a presente Dispensa de Licitação e ADJUDICO ao Contratado acima citada, conforme nos autos constantes deste instrumento de administrativo.

Deste já, fica a empresa convocada para assinatura do contrato administrativo.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Graccho Cardoso/SE, 29 de junho de 2023.


NAYLA ELIZIANE SANTOS OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Licitação - CPL